e-ISSN: 2177-8183

TENDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PERSPECTIVA DOCENTE

TRENDS IN ENVIRONMENTAL EDUCATION FROM A TEACHER'S PERSPECTIVE

TENDENCIAS EN LA EDUCACIÓN AMBIENTAL DESDE LA PERSPECTIVA DOCENTE

Antonio Jorge Ferreira Severino
antonio.severino@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná

Maria Arlete Rosa
mariaarleterosa@gmail.com
Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba

RESUMO

Este artigo analisa atividades de educadores participantes em um curso de formação em Educação Ambiental, buscando relacioná-las às macrotendências do campo, conforme Layrargues e Lima (2014). A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou como fonte o conteúdo dos relatos dos participantes em fóruns virtuais, seguida de análise interpretativa. Os resultados revelam que, do total de 40 participantes, 11 educadores alinharam suas práticas à tendência conservacionista, 7 à pragmática, 9 à crítica, sendo que 13 apresentam práticas mistas ou em transição. Assim, as práticas de 18 desses participantes tiveram como predomínio as tendências conservacionistas e pragmáticas, centradas em aspectos vinculados à sensibilização e soluções técnicas. Conclui-se que a formação continuada é necessária, no sentido de contribuir para a compreensão da educação ambiental crítica, considerando a totalidade dos processos educativos com práticas projetos interdisciplinares e transformadores, a justiça climática e às desigualdades socioambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Justiça Climática. Formação Docente

ABSTRACT

This article analyzes the activities of educators participating in a training course on Environmental Education, aiming to relate them to the field's macro-trends, as systematized by Layrargues and Lima (2014). The qualitative research drew on the

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

content of participants' reports in virtual forums, followed by interpretative analysis. The results show that, out of 40 participants, 11 aligned their practices with the conservationist trend, 7 with the pragmatic trend, and 9 with the critical trend, while 13 presented mixed or transitional practices. Thus, the practices of 18 participants predominantly reflected conservationist and pragmatic tendencies, focused on awareness-raising and technical solutions. The study concludes that continuing education is necessary to foster a deeper understanding of critical environmental education, considering the entirety of educational processes through interdisciplinary and transformative practices, climate justice, and socio-environmental inequalities.

Keywords: Environmental Education. Climate Justice. Teacher Training.

RESUMEN

Este artículo analiza las actividades de los educadores que participan en un curso de formación en Educación Ambiental, buscando relacionarlas con las macrotendencias del campo, según Layrargues y Lima (2014). La investigación, de enfoque cualitativo, utilizó como fuente el contenido de los relatos de los participantes en foros virtuales, seguido de un análisis interpretativo. Los resultados revelan que, del total de 40 participantes, 11 educadores alinearon sus prácticas con la tendencia conservacionista, 7 con la pragmática y 9 con la crítica, mientras que 13 presentaron prácticas mixtas o en transición. Así, las prácticas de 18 de estos participantes tuvieron como predominio las tendencias conservacionistas y pragmáticas, centradas en aspectos relacionados con la sensibilización y las soluciones técnicas. Se concluye que la formación continua es necesaria para contribuir a la comprensión de la educación ambiental crítica, considerando la totalidad de los procesos educativos con prácticas interdisciplinarias y transformadoras, la justicia climática y las desigualdades socioambientales.

Palabras clave: Educación ambiental. Justicia climática. Formación docente.

INTRODUÇÃO

Entre Tendências e Práticas: Introdução ao Estudo em Educação Ambiental

A Educação Ambiental (EA) no Brasil constitui-se como um campo de disputas teóricas, políticas e pedagógicas, historicamente atravessado por diferentes

concepções de meio ambiente, sociedade e desenvolvimento. Desde a década de 1980, com o avanço das conferências internacionais e a crescente institucionalização das agendas socioambientais, a EA vem sendo incorporada nas políticas públicas e nos currículos escolares como um eixo transversal que demanda um compromisso ético e transformador por parte das instituições de ensino e dos educadores.

No país, a consolidação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999 e recentemente modificada pela Lei nº 14.926/2024, representa um marco normativo fundamental para a garantia da EA como direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1999; 2024).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), por sua vez, definem a EA como uma prática político-pedagógica integrada ao projeto educativo das escolas, voltada à construção de sociedades sustentáveis, justas e democráticas (Brasil, 2012). Tais dispositivos sinalizam o compromisso com uma formação cidadã que articule as dimensões ética, ambiental, econômica, social e cultural, promovendo uma crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento baseado na lógica da exploração irrestrita dos recursos naturais.

Neste cenário, a emergência da justiça climática como eixo estruturante da EA escolarizada introduz novas exigências à formação docente. As mudanças climáticas, além de fenômenos ambientais, revelam profundas desigualdades sociais e territoriais, demandando que educadores compreendam e intervenham criticamente nos contextos em que atuam. A recente alteração na PNEA, por exemplo, reforça que os currículos devem contemplar ações voltadas à mitigação de riscos socioambientais, à proteção da biodiversidade e ao enfrentamento das emergências climáticas (Brasil, 2024).

O curso de Formação em Educação Ambiental X, ofertado na modalidade semipresencial com polos distribuídos em diversas regiões do Brasil, foi idealizado como resposta a essa demanda formativa. Estruturado em módulos que abordam desde a história da EA até a elaboração de projetos ambientais escolares e

CC BY

comunitários, o curso visa proporcionar uma formação crítica e situada dos educadores, estimulando o reconhecimento das contradições ambientais e sociais em seus territórios de atuação (Vieira; Rosa, 2025).

Entretanto, o campo da EA é heterogêneo e tensionado por distintas macrotendências, conforme Layrargues (2012) e colaboradores, que identificam três grandes perspectivas que orientam a prática educativa ambiental no Brasil: a conservacionista, que prioriza a preservação dos recursos naturais sem necessariamente problematizar suas causas sociais; a pragmática, que busca adaptar as práticas ao discurso do desenvolvimento sustentável em moldes neoliberais; e a crítica, que insere a questão ambiental no bojo das lutas por justiça social e transformação estrutural da sociedade (Layrargues, 2012; Layrargues; Lima, 2014). Essas macrotendências não se apresentam de forma pura ou isolada, mas compõem um mosaico de sentidos que atravessam o cotidiano pedagógico dos educadores.

Diante desse quadro, emerge a seguinte questão de pesquisa: como educadores participantes do Curso de Formação em Educação Ambiental X compreendem suas práticas pedagógicas de Educação Ambiental na perspectiva das macrotendências no campo da educação ambiental? Essa pergunta orienta a presente investigação, que tem como objetivo central compreender os sentidos atribuídos pelos educadores participantes às suas práticas de EA, à luz das macrotendências propostas por Layrargues.

Como objetivos específicos, o presente estudo busca: a) Identificar e caracterizar os elementos articuladores das práticas dos educadores participantes do Curso de Formação em Educação Ambiental X; b) Interpretar as práticas dos educadores do Curso de Educação Ambiental pesquisado no contexto das mudanças climáticas, diante das macrotendências no campo da educação ambiental

A relevância deste estudo reside tanto em seu potencial científico - ao contribuir com o aprofundamento das discussões sobre a formação docente e os fundamentos político-pedagógicos da EA - quanto em sua pertinência social, por

iluminar as vozes e experiências de educadores que atuam na linha de frente da construção de escolas ambientalmente comprometidas com a justiça social e climática.

Procedimentos Metodológicos: Relatos Virtuais de Educadores

Este estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, voltada à compreensão dos sentidos atribuídos por educadores às suas práticas de EA no contexto da formação continuada. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a apreensão das significações construídas pelos sujeitos em seus contextos socioculturais, reconhecendo que os fenômenos educativos não podem ser plenamente compreendidos por meio de métodos estritamente quantitativos (Minayo, 2001).

A pesquisa foi desenvolvida no Curso de Formação em Educação Ambiental X e Justiça Climática, ofertado na modalidade semipresencial no primeiro semestre de 2025. O curso, promovido por uma iniciativa interinstitucional vinculada à educação básica, teve como público-alvo professores(as) em exercício e demais profissionais da educação interessados em aprofundar os estudos sobre sustentabilidade, justiça climática e práticas pedagógicas ambientalmente comprometidas (Vieira; Rosa, 2025).

Participaram da pesquisa 40 educadores(as) participantes que, ao longo do curso, desenvolveram atividades de reflexão e registro sobre suas experiências pedagógicas em um fórum virtual de discussão disponibilizado na plataforma da formação. Os textos compartilhados nesse ambiente foram utilizados como fonte primária de dados, uma vez que continham relatos diretos das percepções, práticas e compreensões dos sujeitos em relação à EA.

O instrumento de produção de dados consistiu na sistematização e organização dos textos postados pelos participantes no referido fórum, especificamente na atividade que solicitava o relato de experiências e posicionamentos pessoais sobre práticas de EA em suas realidades escolares. A produção foi realizada entre os meses de abril e maio de 2025 e com a devida autorização da coordenação do curso.

Para a análise dos dados, adotou-se a análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2011), visando identificar núcleos de sentido que expressassem as diferentes formas de compreender e praticar a EA. As categorias de análise foram construídas de maneira dedutiva, com base nas macrotendências político-pedagógicas da EA sistematizadas por Layrargues e Lima (2014), a saber: conservacionista, pragmática e crítica. Essas macrotendências foram mobilizadas como eixos interpretativos, permitindo classificar e compreender os relatos dos educadores participantes de acordo com suas aproximações teóricas, pedagógicas e políticas.

O processo de categorização foi realizado em três etapas: (1) leitura flutuante dos textos; (2) codificação de trechos representativos; e (3) organização dos conteúdos em torno das macrotendências mencionadas, respeitando a complexidade e, por vezes, a sobreposição entre diferentes orientações. Também foram observadas manifestações que apontavam para contradições internas, tensões e ressignificações nos discursos dos participantes, o que reforça a polissemia presente no campo da EA (Sauvé, 2005).

Do ponto de vista ético, a pesquisa foi conduzida em conformidade com a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes para a realização de estudos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais (BRASIL, 2016). Conforme os princípios éticos previstos nessa normativa, o anonimato dos participantes foi garantido mediante a substituição de seus nomes por pseudônimos ambientais, assegurando a confidencialidade das informações. Esclarece-se que a

atividade descrita neste estudo não foi submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa, por tratar-se de uma atividade pedagógica, desenvolvida no contexto de uma atividade formativa do curso, sem implicar riscos adicionais àqueles já presentes nas rotinas educacionais. Tal entendimento está respaldado pelo Art. 1º, parágrafo único, da referida Resolução (Brasil, 2016).

O que a literatura aponta sobre a Educação Ambiental Escolar?

A literatura recente sobre EA escolar aponta que as práticas docentes são atravessadas por diferentes concepções pedagógicas e institucionais, que se manifestam sobretudo nas macrotendências conservacionista, pragmática e crítica. Mais do que simples classificações, essas tendências expressam as condições concretas do trabalho docente, as barreiras institucionais enfrentadas e as possibilidades de construção de uma EA crítica e transformadora.

De acordo com Campos e Cavalari (2022), que analisaram projetos de EA em contextos não escolares, a tendência conservacionista foi a mais preponderante (44%), seguida pela pragmática (39%), ao longo de um recorte temporal de 1981 a 2016. Essa constatação revela a prevalência dessas abordagens em um sentido mais amplo das práticas de EA, incluindo, por inferência, o contexto escolar.

A predominância das abordagens conservacionistas e pragmáticas é apontada de forma recorrente nas pesquisas. Prosdocimo (2022) e Back (2021) demonstram que grande parte das práticas desenvolvidas em escolas municipais ainda está voltada a práticas tradicionais de sensibilização e cuidado com a natureza, coleta seletiva e separação de lixo, projetos de preservação da natureza com plantio de árvores e atividades em datas comemorativas. Embora relevantes para a

sensibilização, essas ações mantêm um caráter pontual, pouco articulado ao currículo e desprovido de problematizações sobre as dimensões sociais, políticas e econômicas da crise ambiental.

De modo semelhante, Araújo (2019) e Rosa (2020) identificam que os projetos mais frequentes giram em torno de hortas pedagógicas e práticas que, apesar de aproximarem os estudantes da natureza, reforçam a centralidade em soluções técnicas e mudanças de comportamento individual. Foram observadas a construção de hortas mandala e práticas de produção agroflorestal, que podem ser vistas como pragmáticas, dada a ênfase em resultados práticos e sustentáveis na produção. Também foram relatadas iniciativas em laboratórios de matemática, onde se produzem materiais didáticos e jogos com recicláveis, como garrafas PET, copinhos de iogurte ou pincéis usados.

Já a macrotendência crítica, embora minoritária, é reconhecida pela literatura como potencial transformador. Estudos recentes indicam, no entanto, que sua presença na prática escolar ainda é tímida, aparecendo em iniciativas isoladas, geralmente vinculadas à atuação de professores que tiveram acesso a formações mais críticas (Toscan, 2021). Isso revela que a transição para práticas críticas está fortemente condicionada à trajetória formativa e ao engajamento pessoal dos docentes.

As barreiras institucionais são um fator decisivo para explicar a dificuldade de consolidação da EA crítica. Entre os principais obstáculos apontados estão: a formação inicial e continuada de professores, a organização curricular, a gestão escolar e das políticas públicas, bem como as limitações estruturais.

Um dos principais entraves é a formação docente, frequentemente orientada por concepções despolitizadas. Como observa Loureiro (2008, p. 191), “não é nova a crítica às ações descontextualizadas que querem promover a proteção da natureza e uma ética ecológica sem considerar a concretude da realidade em que se está imerso”. Isso significa que a EA tende a ser reduzida a práticas pontuais – como coleta

seletiva ou campanhas de consumo consciente – em detrimento da reflexão crítica sobre as contradições sociais que sustentam a crise ambiental.

A organização curricular também constitui um fator de limitação. Apesar de a legislação prever a EA como componente permanente e articulado em todos os níveis de ensino (Brasil, 1999), sua presença na BNCC é periférica. Esse processo reflete, segundo Lima (2011, p. 149), a hegemonia de uma concepção "funcional para as instituições políticas e econômicas dominantes, conseguindo abordar a questão ambiental de uma perspectiva natural e técnica, que não colocava em questão a ordem estabelecida". Nesse contexto, o currículo frequentemente restringe a EA ao "eixo natureza", sem integrar as dimensões sociais e políticas.

No âmbito da gestão escolar e das políticas públicas, observa-se uma lacuna entre o prescrito e o praticado. Como afirmam Sorrentino et al. (2005, p. 285), "à educação ambiental cumpre, portanto, contribuir com o processo dialético Estado-sociedade civil que possibilite uma definição das políticas públicas a partir do diálogo". No entanto, a prática revela que muitas iniciativas ocorrem apenas em função de exigências legais, desprovidas de intencionalidade crítica. Além disso, a EA tem sido frequentemente instrumentalizada para fins pragmáticos, como formação de mão de obra ou geração de renda, em detrimento de sua vocação para a cidadania e a transformação social.

Essas tensões também podem ser analisadas a partir da compreensão da EA como campo social. Conforme Layrargues e Lima (2014, p. 25), esse campo "é composto por uma diversidade de atores e instituições sociais que compartilham um núcleo de valores e normas comuns, mas também se diferenciam em suas concepções sobre a questão ambiental e nas propostas políticas, pedagógicas e epistemológicas que defendem". Nesse espaço, disputam-se hegemonias entre as tendências conservacionista, pragmática e crítica (Layrargues; Lima, 2011), o que explica a coexistência de práticas superficiais e de propostas emancipatórias.

e-ISSN: 2177-8183

Por fim, as limitações materiais e estruturais acentuam essas barreiras. A precariedade da infraestrutura escolar, a falta de investimento em pesquisa e a ausência de políticas de valorização docente revelam o que Loureiro (2008, p. 191) define como a necessidade de “atuar para reproduzir ou modificar as relações sociais na natureza, de acordo com a práxis educativa”. A crise sanitária da pandemia de COVID-19 apenas ampliou esse cenário de dificuldades, relegando a EA a uma prioridade secundária.

Fundamentos conceituais e enquadramentos metodológicos

A caracterização dos referenciais teóricos e metodológicos mobilizados pelos educadores participantes constitui um passo fundamental para compreender como a EA é efetivamente praticada no contexto escolar. Mais do que identificar conteúdos ou atividades isoladas, trata-se de analisar as bases conceituais e as estratégias pedagógicas que orientam as ações docentes, revelando aproximações e distanciamentos em relação às macrotendências conservacionista, pragmática e crítica. Nesse sentido, o objetivo desta seção é examinar os relatos dos participantes a fim de identificar quais concepções de EA são privilegiadas em suas práticas e de que maneira elas se materializam em metodologias no cotidiano escolar.

A análise dos relatos produzidas pelos educadores participantes do polo A foi possível identificar diferentes referenciais teóricos e metodológicos mobilizados no desenvolvimento de práticas de EA nas escolas. As práticas de caráter conservacionista destacam-se pelo foco em ações de preservação da natureza e em atividades de sensibilização ambiental. Uma parcela das participantes ancora suas ações nas Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental do município Y (2020), que orientam a integração da EA ao currículo escolar conforme afirma

> *as concepções que orientam as práticas, ações e projetos realizadas na minha escola, estão fundamentadas nas Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Ambiental da Secretaria Municipal da Educação (2020). Mas o que vejo é que nem sempre o que se diz na teoria, se aplica na prática... muito do que se faz, precisa de aprovação e do entendimento sobre a necessidade da equipe diretiva e do núcleo... o que por vezes esbarra o desenvolvimento do trabalho. (Vento)*

Essas diretrizes, contudo, enfatizam predominantemente abordagens conservacionistas, voltadas à preservação ambiental e ao cuidado com a natureza, sem promover necessariamente uma reflexão crítica sobre as causas estruturais dos problemas socioambientais. Desenvolvem em geral, projetos como hortas, jardinagem, plantio de árvores e campanhas de reciclagem, geralmente associados a datas comemorativas. Uma educadora participante sintetiza esse cenário, que: *"As práticas desenvolvidas nas escolas estão relacionadas predominantemente ao contexto conservacionista, princípios da ecologia, relação com o cuidado da natureza"* (Aurora).

A macrotendência pragmática, centrada em soluções técnicas e instrumentais, como coleta seletiva, uso racional da água, jardins de mel e hortas pedagógicas. Essas práticas dialogam com o discurso do desenvolvimento sustentável, mas tendem a restringir-se a mudanças de comportamento individual ou a demandas institucionais. Uma educadora participante ressalta, que: *"muitas das iniciativas de Educação Ambiental concentram-se em aspectos práticos. Há uma valorização de ações como coleta seletiva, plantio de mudas, horta escolar, jardins de mel, óleo amigo"* (Brisa).

Em contrapartida, alguns educadores demonstram influência de concepções críticas, inspiradas em autores como Freire (2014), que enfatizam a educação como prática social voltada à emancipação e à superação de desigualdades. Essa perspectiva se manifesta em práticas que articulam ensino, pesquisa e extensão, promovendo integração com demandas sociais e justiça socioambiental, por meio de projetos interdisciplinares, metodologias de pesquisa-ação e protagonismo estudantil.

CC BY

Nessas práticas, a escola se conecta aos problemas reais da comunidade, como enchentes urbanas e impactos climáticos. Como destaca um educador participante, que: *"As concepções orientadoras dessas iniciativas são marcadamente voltadas à problematização de questões socioambientais locais e relevantes, como os impactos das inundações no contexto da emergência climática"* (Rio). Já a menção a autores como Félix Guattari (citado por Eclipse) reforça a incorporação de perspectivas que reconhecem a indissociabilidade entre questões ambientais, sociais e econômicas.

O grupo mais expressivo, contudo, é o de práticas mistas ou em transição. Nesses casos, observa-se a combinação de diferentes tendências, em alguns momentos de forma híbrida e, em outros, em disputa. Uma participante sintetiza, que: *"As três tendências coexistem e, em alguns momentos, até parece que inexistem. São raras as escolas que têm um projeto estruturado e continuado de Educação Ambiental"* (Flora). Já educadora participante Chuva, fez referência direta às macrotendências, demonstrando familiaridade com os conceitos de EA conservacionista, pragmática e crítica. Essa constatação nos apresenta que o campo é marcado por tensões, contradições e movimentos de mudança, nos quais educadores experimentam diferentes caminhos para ressignificar suas práticas.

Do ponto de vista metodológico, os relatos revelam que, enquanto as tendências conservacionista e pragmática se apoiam em atividades pontuais e pouco integradas ao currículo, as experiências críticas e híbridas valorizam a interdisciplinaridade, o diálogo com a comunidade e a formação cidadã. Isso pode indicar que o avanço em direção a uma EA crítica depende de metodologias participativas, que extrapolem campanhas e datas comemorativas e articulem a educação escolar às lutas por justiça socioambiental.

Os educadores participantes Pedra e Luar propuseram metodologias que buscam promover a interdisciplinaridade e o protagonismo estudantil, como debates

em sala de aula, projetos interdisciplinares e envolvimento da comunidade escolar. Essas práticas refletem tentativas de alinhamento com a EA crítica, que valoriza a reflexão sobre as relações de poder e as desigualdades socioambientais. Já o educador participante Semente, destacou a importância de metodologias ativas, como a pesquisa-ação e a problematização da realidade local, que buscam integrar conhecimento científico e cidadania, alinhando-se à perspectiva crítico transformadora.

Articulação entre Educação Ambiental, Justiça Climática e Prática Escolar: Perspectivas dos Educadores

Compreender como os educadores participantes percebem os vínculos entre EA, justiça climática e cotidiano escolar é essencial para identificar o alcance político-pedagógico das práticas relatadas. Esse objetivo busca evidenciar em que medida os educadores participantes reconhecem que a crise climática não é apenas um fenômeno natural, mas também um processo social marcado por desigualdades, afetando de forma mais intensa grupos e territórios vulnerabilizados. Assim, a análise dos relatos permite avaliar se a EA permanece restrita a ações de preservação ambiental ou se é tensionada para dialogar com as realidades vividas pelos estudantes, articulando problemas locais às dinâmicas globais e contribuindo para a formação cidadã crítica e transformadora.

As exposições analisadas revelam que os educadores participantes percebem, em diferentes níveis de profundidade, os vínculos entre EA, justiça climática e cotidiano escolar. Embora o conceito de justiça climática nem sempre apareça de forma explícita, emergem compreensões sobre como as desigualdades sociais e territoriais intensificam os impactos ambientais.

e-ISSN: 2177-8183

Parte dos relatos ancora-se em uma compreensão naturalizada das mudanças climáticas, centrada na ideia de degradação ambiental geral. Como afirmou uma participante que, *"estamos sentindo o descaso dos seres humanos com excesso de lixo jogado nos oceanos [...] Infelizmente, não existe outro planeta terra, um plano B"* (Fauna). Esse tipo de percepção reconhece a gravidade da crise, mas pouco problematiza suas raízes estruturais ou a desigualdade na distribuição dos impactos.

Por outro lado, diversas manifestações explicitam a dimensão social da crise climática, aproximando-se da noção de justiça climática. Uma educadora participante destacou que,

> *as crises ambientais frequentemente atingem as comunidades marginalizadas (a maioria dos nossos estudantes), precisamos incentivar o protagonismo dessas comunidades, fortalecendo a luta por equidade" (Horizonte). Outro educador participante reforça esse vínculo ao lembrar que "as questões ambientais não estão dissociadas das questões sociais tampouco das questões econômicas (Eclipse).*

Essas falas apontam que a EA crítica pode ser um espaço privilegiado para desvelar desigualdades e construir estratégias coletivas de enfrentamento.

Os projetos relatados evidenciam que as conexões entre o global e o local se materializam por meio do cotidiano escolar. A criação de hortas comunitárias e o plantio de mudas, mencionados pelo educador participante Maré, assim como a análise de resíduos e os estudos sobre enchentes urbanas, destacados por Nevoeiro, articulam a crise climática às experiências concretas dos estudantes. Tais iniciativas reforçam o papel da escola como espaço privilegiado de politização e de formação cidadã. Essas estratégias, embora relevantes, frequentemente se alinham a uma perspectiva conservacionista, com foco em mudanças de comportamento individual, como destacado pela educadora participante, que;

> *Há um esforço visível na promoção de atitudes de cuidado com a natureza, incentivo à reciclagem e economia de recursos naturais, com foco na mudança de comportamento individual. No entanto, essas ações ainda carecem de uma abordagem mais ampla que integre as dimensões sociais, políticas e culturais da crise ambiental (Estrela).*

Apesar dessas experiências, muitos educadores participantes apontam limites institucionais para consolidar tais vínculos. Entre os obstáculos estão a falta de tempo, sobrecarga burocrática e a ausência de diretrizes curriculares que priorizem o tema. Como sintetiza a educadora participante: *"A EA na escola por vezes é tratada de forma isolada ou secundária, não fomentando a interdisciplinaridade. Toda essa fragilidade pode estar associada à falta dos processos formativos para os docentes"* (Aurora).

Desta forma, a análise indica que os vínculos entre EA, justiça climática e cotidiano escolar oscilam entre percepções conservacionistas, pragmáticas e críticas, mas encontram no campo das práticas híbridas um espaço de transição, onde os docentes experimentam caminhos para superar abordagens superficiais e inserir a crise climática no cerne da formação escolar.

Práticas dos Educadores à Luz das Macrotendências da Educação Ambiental

Interpretar as práticas de EA a partir do enquadramento nas macrotendências conservacionista, pragmática e crítica possibilita compreender não apenas a diversidade de sentidos atribuídos pelos educadores participantes, mas também as disputas e tensões que atravessam o campo. Essa seção objetiva analisar como os relatos dos participantes se aproximam ou se distanciam dessas orientações político-pedagógicas, revelando tanto permanências de práticas tradicionais quanto movimentos de transição em direção a abordagens mais críticas e transformadoras.

CC BY

Assim, a análise contribui para identificar os desafios e potencialidades da EA escolarizada no polo de Curitiba, iluminando caminhos para o fortalecimento de práticas comprometidas com a justiça socioambiental.

A partir da leitura dos relatos, confirma-se a heterogeneidade constitutiva do campo da EA. Entre os relatos, 11 educadores participantes alinham-se à macrotendência conservacionista, 7 à pragmática e 9 à crítica, enquanto 13 evidenciam práticas mistas ou em transição. Esse quadro reforça que a EA não se organiza em blocos rígidos, mas em processos híbridos e em disputa.

As práticas conservacionistas concentram-se em ações de preservação da natureza, reciclagem e promoção de hábitos individuais de cuidado ambiental, em geral pouco integradas ao currículo escolar. Já a tendência pragmática manifesta-se em iniciativas que priorizam soluções técnicas e projetos de sustentabilidade, como hortas e campanhas de coleta seletiva, frequentemente orientados por demandas institucionais. Em ambos os casos, nota-se a limitação de abordagens que, embora importantes para sensibilização, não problematizam os determinantes sociais e políticos da crise ambiental.

A macrotendência crítica, ainda minoritária, destaca-se em experiências voltadas à problematização da realidade local, inspiradas na ecologia política e em pedagogias transformadoras. São práticas que conectam o ambiente escolar às desigualdades socioambientais concretas, valorizando metodologias interdisciplinares, pesquisa-ação e o protagonismo estudantil como estratégias para enfrentar a emergência climática e promover justiça social.

O grupo mais expressivo, no entanto, é o de práticas mistas ou em transição, composto por 13 educadores participantes. Desses, 3 articulam elementos das três macrotendências, revelando um trânsito entre sensibilização ecológica, soluções técnicas e problematização crítica. Um dos participantes sintetiza essa coexistência

ao afirmar que "*entendo que as três tendências podem estar presentes no colégio onde leciono, pois, há professores mais conservacionistas, outros mais pragmáticos, e outros, inclusive eu, mais críticos ou dialéticos*" (Flora).

Outros 7 relatos combinam perspectivas conservacionistas e pragmáticas, reforçando a centralidade em ações de preservação e gestão ambiental. Como destacou uma educadora participante, que: "*a gente acaba mesclando atividades de reciclagem, plantio de árvores e campanhas de coleta seletiva, mas nem sempre conseguimos avançar para discussões mais críticas*" (Nuvem).

Por fim, 3 declararam mesclar a tendência conservacionista com a crítica, demonstrando esforços de deslocamento de práticas tradicionais para abordagens mais contextualizadas e politizadas. Um educador participante, por exemplo, relatou, que: "*partimos do cuidado com o jardim da escola, mas aproveitamos para debater como o bairro enfrenta problemas de alagamento e descarte irregular de lixo, conectando a atividade a questões sociais*" (Rio).

Essa diversidade de combinações indica que muitos educadores participantes encontram-se em processo de ressignificação de suas práticas, movendo-se entre referências tradicionais e tentativas de incorporar dimensões mais complexas da EA.

Dessa forma, a análise evidencia que a EA constitui um campo em disputa, no qual práticas conservacionistas e pragmáticas ainda predominam, mas convivem com experiências críticas e híbridas que apontam para possibilidades de transformação. A expressiva presença de práticas mistas ou em transição revela tanto os limites institucionais que condicionam as ações docentes quanto o potencial formativo de espaços de reflexão, capazes de estimular a criticidade e favorecer o trânsito de práticas pontuais e instrumentais para projetos coletivos, interdisciplinares e politicamente engajados com a justiça socioambiental.

e-ISSN: 2177-8183

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os relatos de educadores participantes do polo A do Curso de Formação em Educação Ambiental X, com o objetivo de compreender como suas práticas pedagógicas se articulam às macrotendências da EA propostas por Layrargues e Lima (2014). A partir da leitura e sistematização dos relatos, buscou-se caracterizar os referenciais teóricos e metodológicos mobilizados, identificar as percepções sobre os vínculos entre EA, justiça climática e cotidiano escolar, e interpretar as práticas relatadas a partir do enquadramento nas tendências conservacionista, pragmática e crítica.

Os resultados indicaram que a EA no contexto escolar se apresenta de maneira heterogênea, marcada por disputas de sentidos e pela coexistência de diferentes orientações. As práticas conservacionistas e pragmáticas ainda ocupam espaço significativo, limitando-se, muitas vezes, a atividades pontuais de sensibilização ou à adoção de soluções técnicas vinculadas ao discurso do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, emergem experiências críticas que, ainda minoritárias, articulam a EA à ecologia política, à pedagogia freiriana e às lutas por justiça socioambiental, propondo metodologias interdisciplinares e o protagonismo estudantil como caminhos para a transformação.

O achado mais expressivo foi a presença de práticas mistas ou em transição, que revelam o movimento de educadores participantes entre diferentes macrotendências. Essa zona híbrida, longe de representar incoerência, evidencia a vitalidade e a polissemia do campo da EA no Brasil, no qual os sujeitos experimentam e reconstroem suas práticas à medida que entram em contato com novos referenciais formativos.

CC BY

e-ISSN: 2177-8183

Do ponto de vista científico, o estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre os fundamentos político-pedagógicos da EA, demonstrando a relevância de compreender a diversidade de sentidos atribuídos às práticas docentes. Do ponto de vista social, ilumina os desafios e potencialidades de educadores que, em meio a contradições institucionais, buscam inserir a justiça climática como eixo estruturante de suas ações educativas.

Conclui-se que a formação continuada desempenha papel estratégico para fortalecer a criticidade e potencializar o trânsito das práticas escolares de abordagens conservacionistas e pragmáticas para projetos coletivos, interdisciplinares e engajados com a justiça socioambiental. Investir em espaços formativos que articulem teoria e prática, e que valorizem as vozes dos educadores, constitui, portanto, um passo fundamental para consolidar uma EA comprometida com a transformação social e a construção de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis. Nesse horizonte, destaca-se a necessidade de políticas públicas consistentes que assegurem condições institucionais e materiais para que tais práticas críticas possam se expandir e se consolidar no cotidiano escolar.

Submetido em novembro 2025

Avaliado em novembro 2025

Publicado em dezembro 2025

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marlene Aparecida Comin de. Educação ambiental nos colégios dos assentamentos organizados no MST: tendências conservadoras e crítica. 2019. 192 f. *Tese* (Doutorado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2019.

BACK, Gilmara Cristine. Educação ambiental na educação infantil: percursos,

processos e práticas evidenciadas em centros municipais de educação infantil. 2021. 247 f. *Tese* (Doutorado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. *Lei nº 14.926, de 24 de julho de 2024.* Altera a Lei nº 9.795/1999 para incluir ações relativas às mudanças climáticas nos currículos da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2024.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.* Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44, 24 maio 2016.

BRASIL. *Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.* Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 jun. 2012.

CAMPOS, Daniela Bertolucci; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Macrotendências político-pedagógicas identificadas em projetos de educação ambiental em contextos educacionais não escolares estudados em teses e dissertações brasileiras. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 39, n. 3, p. 120-139, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e terra, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 37–55, jan./jun. 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & sociedade*, v. 17, p. 23-40, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as

macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. *Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2011.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Educação ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios.* Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: reflexões e questões levantadas no GDP. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 3, n. 1, p. 187-201, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PROSDÓCIMO, Natacha Souza das Neves. Educação ambiental em centros de educação integral municipal de ensino fundamental de Curitiba. 2022. 247 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2022.

ROSA, Rosangela Silveira. Educação ambiental nos cursos de licenciatura em matemática de Santa Catarina. 2020.201 f. *Tese* (Doutorado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020.

SAUVÉ, Lucié. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (org.). *Educação Ambiental: pesquisas e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 16-41.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. *Educação e pesquisa*, v. 31, n. 02, p. 287-299, 2005.

TOSCAN, Tainá Silva Candido. Educação ambiental: desafios e perspectivas no contexto da Educação Básica. *Novos Cadernos NAEA*, v. 24, n. 1, 2021.

VIEIRA, Solange Reiguel; ROSA, Maria Arlete. *Curso de Educação Ambiental e Justiça Climática: unidade 1 e unidade 2*. Material didático do curso de aperfeiçoamento EaD. Curitiba: 2025. (Documentos internos não publicados).